

para 6,2% do PIB. Este decréscimo resultaria, segundo o Governo, da queda dos subsídios implícitos ao crédito rural e da redução relativa dos encargos da dívida pública. Todavia o objetivo do Governo era reduzir o déficit público para 3,5% do PIB até o final de 1987. Essa estimativa constava no Plano de Controle Macroeconômico editado em julho, que abrangia as variáveis mais importantes na formulação da política econômica.

No entanto, em novembro, o Governo, com base em novas informações, reprogramou as metas do déficit, reestimando-o em Cz\$ 573,4 bilhões, equivalendo a 4,9% do PIB, o que representa um acréscimo de 1,4% do PIB em relação à estimativa inicial. O principal responsável pela alteração foi o déficit das empresas estatais que estava previsto em Cz\$ 70,8 bilhões - 0,6% do PIB - e foi reavaliado para Cz\$ 221,5 bilhões, correspondendo a 1,9% do PIB.

O atual Governo do Rio Grande do Sul, ao assumir em 15.03.87, encontrou uma dívida pública total de Cz\$ 111 bilhões com a maior parcela concentrada no curto prazo (Cz\$ 60 bilhões), sendo que 88% da dívida é de origem interna e o restante, 12%, externa. Tentando minimizar essa situação e com a intenção de promover o saneamento das finanças estaduais, este Governo elaborou um documento evidenciando a real situação do Estado, onde solicitava recursos ao Governo Federal de Cz\$ 25,1 bilhões: uma parcela de Cz\$ 12,6 bilhões a fundo perdido para compensar perdas tributárias e outra de Cz\$ 12,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento da dívida pública com a finalidade de mudar o seu perfil.

Volume XVI - Número 1 - Janeiro/Março 1988

PANORAMA GERAL

O fraco desempenho de 1987 revelou novamente a instabilidade por que passa a economia brasileira nesta década. Isso se caracteriza pela acentuada oscilação nas taxas de crescimento do PIB, pela crescente ascensão dos

preços e pelos modestos resultados no nível de emprego. Outro exemplo das dificuldades desse período é o constrangimento externo, onde a interrupção de aportes financeiros e o perfil da dívida transformaram o País em exportador líquido de capitais. Por último, vale lembrar a descaracterização do papel do Estado como agente catalizador do processo de crescimento, em razão da sua incapacidade recente de promover e aplicar recursos na órbita real da economia. Esses indicadores são mais eloqüentes ainda se comparados com os da década passada, sendo o mais grave a retração dos investimentos, o que reflete a perda do dinamismo da economia nacional.

Dentro desse contexto, cabe perguntar o que se espera para 1988. Em primeiro lugar, saliente-se que os graus de liberdade para a reversão desse ciclo, no que se refere à política econômica, são por demais escassos na atual conjuntura política. Em segundo lugar, a promoção de medidas estabilizadoras centradas no ajuste externo e na contenção do déficit público revela a timidez e o equívoco do diagnóstico quanto às origens do problema. Isso se evidencia na ênfase que os gestores da política econômica dão ao corte das despesas como o meio de reduzir o déficit público, quando o que se observa é a queda de receita. Dessa forma, atribuir à questão salarial a causa da deterioração das contas públicas é uma flagrante distorção da realidade.

O endividamento do Governo e, particularmente, o seu déficit ganham quase que um espaço exclusivo nas preocupações das autoridades no plano interno, pelo menos ao nível do discurso, o que concorre favoravelmente para a condução da política de ajustamento externo em moldes bem ortodoxos - esta, sim, a maior e mais evidente das prioridades desta gestão.

AGRICULTURA

Os preços de mercado recebidos pelos produtores gaúchos de arroz, feijão, milho e soja, nesse início do processo de comercialização da safra (mar./88), em termos reais,

apresentam uma leve recuperação em relação ao preço médio praticado na safra 1986/87. Entretanto ainda se mantêm bastante abaixo da média histórica dos preços praticados no período 1972-87. Os preços mínimos, por sua vez, que são praticados nas operações de AGF e EGF; embora também se situem abaixo da média histórica dos preços praticados no mercado, estão em patamares superiores aos preços praticados atualmente no mercado gaúcho, com exceção do preço mínimo da soja, cuja correção não foi suficiente para superar a recuperação dos preços de mercado apresentada na safra 1986/87 em função da conjuntura do mercado externo.

A seca, que atingiu as lavouras gaúchas de soja e milho, foi responsável por perdas estimadas, até o momento, em 37% e 27% respectivamente. As lavouras de arroz e de feijão (1a safra), devido às características específicas do seu processo de produção, não sofreram as consequências dessa estiagem. No caso da soja, o anúncio oficial de estado de calamidade pública em vários municípios produtores no Rio Grande do Sul chegou a provocar acréscimos nas cotações internacionais.

A produção de trigo vinha, desde o início da década de 70, apresentando níveis médios de produtividade (933kg/ha em média) bem abaixo do potencial existente na lavoura tritícola gaúcha. A partir de 1985, no entanto, os níveis de produtividade sofreram acréscimos significativos devido às condições climáticas amplamente favoráveis como à obrigatoriedade do uso de tecnologia por parte dos produtores que realizassem suas atividades, fazendo-se valer das linhas de crédito rural. Em função disso, os anos de 1986 e 1987 marcam para as lavouras no Rio Grande do Sul registros de rendimentos físicos de 1.452kg/ha e de 1.786kg/ha respectivamente.

INDÚSTRIA

A indústria de transformação encerrou o ano de 1987 com uma taxa de crescimento de produção positiva de 0,98%, praticamente igual à taxa de 1% de crescimento do PIB industrial, interrompendo a trajetória ascendente que se verificava desde 1984. Esse comportamento diferenciado dos dois semestres de 1987 mostra uma taxa de

crescimento acumulada até junho de 8,31%, ou de 9,55% quando medida nos últimos 12 meses (nos meses imediatamente anteriores, estas taxas eram ainda maiores - entre 10% e 11%), e, por outro lado, apresenta valores para o total do ano próximos de zero, o que se justifica pelo péssimo desempenho da segunda metade do ano. Verifica-se ainda que essa tendência vinda do meio do ano passado chegou a provocar taxas negativas em algumas categorias de uso (bens de capital e bens de consumo duráveis) para o ano completo de 1987, mas não cessou com a virada do calendário; pelo contrário, seguiu com força, produzindo taxas negativas para o total da indústria e para todas as categorias de uso em fevereiro de 1988. Um dos efeitos diretos da desaceleração do crescimento industrial em 1987 foi a diminuição de 151.000 postos de trabalho na indústria de transformação brasileira.

Com a desaceleração do mercado interno, a tradicional saída para o Exterior foi adotada por vários segmentos. Esse movimento foi mais expressivo no segundo semestre de 1987, quando o estreitamento do mercado interno se combinou com condições mais favoráveis para as exportações. Aliás, essa combinação não se deu por acaso; foi nitidamente articulada como medida de política econômica pelo então Ministro Bresser Pereira. Fazendo parte do receituário, estavam o arrocho salarial e o câmbio favorável, os quais, combinados com uma safra agrícola recorde, levaram os saldos comerciais ao patamar de US\$ 2 bilhões mensais.

No que se refere aos produtos industrializados, o caso do gênero material de transporte é ilustrativo: as exportações foram de US\$ 440 milhões no primeiro trimestre, US\$ 669 milhões no segundo, deram um salto grande para US\$ 923 milhões no terceiro - o melhor do ano - e caíram um pouco para US\$ 747 milhões no último trimestre. As estimativas preliminares do IBGE para a taxa de investimentos (formação bruta de capital fixo/PIB) no ano de 1987 são de 16,5% a preços constantes, mantendo-se,

assim, desde 1983, oscilações em torno do baixo patamar de 17%.

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul, a exemplo da brasileira, sofreu uma forte desaceleração no ano de 1987, passando de taxas próximas de 10% em 1986 para taxas próximas de zero. Algumas especificidades marcaram o desempenho da indústria gaúcha em relação à nacional.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Em função do quadro geral de instabilidade por que passa a economia brasileira, com nítido movimento recessivo, a indústria da construção civil deve no primeiro semestre de 1988, experimentar uma "performance" bastante restritiva tanto no segmento de edificações quanto no de construção pesada e obras de infra-estrutura.

No segmento de edificações, as perspectivas não são muito favoráveis. Embora as modificações ocorridas no âmbito do SFH em janeiro tenham provocado uma certa euforia inicial no mercado imobiliário em função da abertura dos financiamentos em agentes financeiros estatais e até em alguns privados - o que não ocorria há muito tempo -, a mesma mostrou-se muito efêmera.

O segmento da construção que se ocupa de obras de infra-estrutura, o qual tem no setor público seu principal demandante, depara-se com algumas perspectivas desalentadoras, que podem levá-lo a amargar mais um período de queda no nível de atividade.

Na órbita dos investimentos municipais é que repousam as perspectivas de algum alento à indústria da construção, em função das eleições municipais. Essas, no entanto, não são muito promissoras, dadas a baixa capacidade financeira da maioria dos municípios e a dificuldade de estes contarem com verbas federais para suas obras, devido aos cortes no déficit público.

COMÉRCIO INTERNO

As vendas do comércio varejista no Brasil apresentaram, em 1987, um crescimento negativo de 17,4% em relação ao ano de 1986, segundo dados fornecidos pelo

Conselho de Desenvolvimento Comercial do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC/CDC), assim como todas as categorias de bens pesquisadas indicaram as seguintes taxas negativas: bens de consumo duráveis, 24,1%, materiais de construção, 17,8%, bens de consumo semiduráveis, 15,3%; e bens de consumo imediato, 8,3%. Comparando-se o mês de dezembro de 1987 com o de dezembro de 1986, verifica-se uma queda de 22,9%.

Os resultados apresentados pelo comércio varejista no Rio Grande do Sul - acompanhando o desempenho deste segmento no País - também registrou, em 1987, resultado negativo de 29,29% em relação ao ano de 1986. Bem como todos os ramos de consumo acusaram resultados negativos.

Comparando-se os dois primeiros meses de 1988, em relação a igual período de 1987, constata-se que o comércio varejista em geral apresentou uma queda de 30,78%, evidenciando que a crise continua instalada nesse importante segmento da economia.

COMÉRCIO EXTERNO

A conversão da dívida externa brasileira tem gerado muita polêmica acerca de suas vantagens e limitações. Seu mecanismo, em termos bem sintéticos, pode ser resumido em duas etapas: primeiramente, um investidor estrangeiro compra de um banco estrangeiro credor do Brasil um título da dívida brasileira com deságio; em um segundo momento, entra em cena a bolsa de valores no país, ou diretamente o Banco Central no caso das conversões não sujeitas a leilões, que converte o valor deste título em cruzados, também mediante um deságio, e o investidor estrangeiro estará habilitado a aplicá-los no País.

Aparentemente, todos saem ganhando. Ganha o banco credor, que se livra do "risco Brasil" (os títulos da dívida vencida chegam a ser negociados no mercado financeiro internacional com deságio de até mais que 50% do seu valor de face); ganha o investidor estrangeiro e, por último, ganha o País, porque abate do estoque de sua dívida externa o valor nominal ou de face do título negociado desta forma.

Contudo é necessário atentar para determinados senões. O mecanismo da conversão não implica "dinheiro novo" para investimento, ou seja, a atuação do investidor com os cruzados obtidos da conversão de um título da dívida não equivale à real entrada de capital externo produtivo, não há a correspondente geração de divisas estrangeiras, o que há é uma poupança de divisas. Portanto, a conversão é financiada pelo próprio Governo, pelos canais habituais, via endividamento interno.

GOVERNO

Em 1987, o déficit público, medido pelas necessidades de financiamento do setor público não financeiro, atingiu 5,4% do PIB. Para 1988, o déficit público "potencial" estava sendo estimado em 7,4% do PIB. Para reverter esse quadro, o Governo, nos primeiros meses de 1988, adotou medidas de política econômica com o objetivo de conter o déficit. O Governo tomou a decisão de congelar o salário do funcionalismo depois de verificar que o seu crescimento poderia ultrapassar o total da receita disponível e pressionar sobremaneira as suas contas. Todavia as despesas com pessoal têm-se mantido em torno de 7% do PIB. Já a receita líquida do Governo vem caindo, reduzindo a sua capacidade de poupança corrente, que era de 6,1% do PIB em 1970 e passou para 2,0% do PIB em 1986, e estima-se que tenha sido negativa em 1987.

Praticamente depois de dois anos (desde o Plano Cruzado), o Governo volta a relançar a OTN no mercado. Assim, no final do trimestre - 23 de março -, o Banco Central colocou Cz\$ 17,2 bilhões desse título, sinalizando, talvez, uma nova postura das autoridades monetárias em relação a sua política de controle da liquidez.

A situação das finanças estaduais neste início de ano é um pouco diferente daquela do ano anterior. A dívida pública elevou-se nominalmente, passando de Cz\$ 111 bilhões em março de 1987 para cerca de Cz\$ 360 bilhões em março de 1988. No entanto o seu perfil foi alterado, reduzindo a dívida de curto prazo, que representava 55% do total em 1987,

para cerca de 37%. Observando-se o desempenho das contas estaduais no primeiro bimestre de 1988, verifica-se que houve um declínio significativo nas receitas, as quais registraram uma queda real de 24,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse decréscimo deveu-se à redução do ICM em 25,4% no período. Tal comportamento reflete a diminuição da demanda e a aceleração da inflação que contrai o imposto real.

Volume XVI - Número 2 - Abril/Junho 1988

PANORAMA GERAL

O processo de industrialização do Brasil resultou numa estrutura produtiva avançada, com competitividade para alcançar participação no mercado mundial e com um poderoso setor de meios de produção. Observando a economia do País estritamente sob esse prisma, poder-se-ia admitir que a mesma, mais do que em qualquer momento do passado, estaria prestes a ingressar numa especial fase de prosperidade e de difusão de bem-estar social.

Todavia essa mesma economia enfrenta, desde o início da década, uma situação crítica, vale dizer, de uma impossibilidade de crescimento sustentado. Assim, a própria duração da crise coloca em evidência que problemas estruturais não solucionados perpetuam a instabilidade econômica e impedem a retomada dos investimentos. Dentre os problemas estruturais referidos, destaca-se o esgotamento do padrão de financiamento que dava viabilidade à acumulação de capital no País.

POLÍTICA ECONÔMICA

Depois de muita espera e vários adiamentos, finalmente, no final do mês de maio, o Governo publicou três decretos-leis e um decreto que compõem a chamada Nova Política Industrial (NPI). Essa definição de regras a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro, mesmo que passível de muitas críticas e dúvidas quanto à sua exequibilidade, vem cobrir - pelo menos oficialmente - um

espaço que estava vazio desde o final do Governo Geisel, portanto um espaço de quase 10 anos sem uma linha sequer mais ou menos clara sobre os rumos da indústria.

Os quatro dispositivos legais contemplam: a eliminação dos controles prévios sobre as exportações; a reforma das tarifas aduaneiras; a definição dos objetivos e instrumentos da Nova Política Industrial propriamente dita, aí incluídos os Programas Setoriais Integrados (PSI), os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e os Programas Especiais de Exportação (BEFLEX); e a reestruturação da base institucional, com o reordenamento do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI).

AGRICULTURA

Quanto às expectativas da safra de 1988, as estimativas pessimistas de redução de área, muito presentes nos primeiros meses do ano, foram se revertendo à medida que a mesma foi sendo implantada. Agora, as próprias entidades dos produtores já admitem um pequeno acréscimo na área plantada, da ordem de 2%. As estatísticas oficiais devem captar essa mudança de posicionamento e considerá-la nos próximos meses.

A contribuição para o aumento do gasto público no período 1984-87 pôde ser observada na medida em que, nesse período, a despesa do Governo com a chamada "função agricultura" passou de 9,2% da despesa global em 1984 para 19,9% em 1987. Em termos de valores, essa despesa passou de aproximadamente US\$ 1,8 bilhão em 1984 para cerca de US\$ 9,0 bilhões em 1987, depois de terem sido reduzidos de US\$ 3,8 bilhões em 1980 para US\$ 1,8 bilhão em 1984. Grande parte desses recursos têm sido aplicados nos chamados "programas de abastecimento". Em 1987, os gastos com esses "programas" podiam ser assim discriminados: de um total de US\$ 6,8 bilhões, 25% nas aquisições de trigo e triticales, 9% na equalização de encargos financeiros do crédito rural, 5% nas despesas com os estoques reguladores, 18% na Política de Garantia de Preços Mínimos, 2% em seguro agrícola (PROAGRO) e

12% no Programa de Apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro.

INDÚSTRIA

A partir do final do primeiro semestre de 1987, a produção industrial começou a esboçar um movimento de desaceleração em sua atividade. Em junho daquele ano, a taxa anualizada da produção apresentava um crescimento de 9,86% e, em dezembro, somente de 0,97%. Desde então, a manutenção da tendência cadente não só se manteve como foi agudizada, atingindo, em maio de 1988, uma queda de 5,18%. Ao se comparar a produção industrial dos cinco primeiros meses deste ano com idêntico período do ano anterior, verifica-se uma retração de 6,57%.

O mau desempenho da produção industrial em 1988 reflete a retração da demanda interna que teve início no ano passado. Acompanhando a evolução das vendas do comércio varejista, percebe-se a extensão do desaquecimento do mercado interno, o que vem comprovar o recrudescimento do processo inflacionário, que retira poder de compra dos salários e injeta perspectivas sombrias para a economia. A ação combinada desses fatores, entretanto, não afeta unicamente os atuais níveis de atividade da indústria, mas também compromete a "performance" futura, através da contração dos investimentos. Tal fato se evidencia na retração observada na produção de bens de capital. Analisando o desempenho industrial através dos complexos industriais, verifica-se o quanto é profundo o arrefecimento da produção em 1988. Tanto o complexo agroindustrial, que liderou o crescimento em 1987, quanto o metal-mecânico, que se destacou no ano de 1986, apresentam taxas negativas até o mês de maio. Somente os microcomplexos vinculados ao setor externo obtiveram resultados positivos, como no caso de café, automotriz, siderurgia, e pecuária e derivados. No entanto todo o dinamismo oriundo das exportações não foi suficiente para o crescimento da produção de papel e papelão, e calçados - tradicionalmente voltados para o Exterior -, os quais sofreram diminuição na sua produção de 10,1% e

6,2% respectivamente. Dos 49 setores pesquisados pelo IBGE, 27 tiveram desempenho superior à média da indústria, e, destes, 15 estão ligados às exportações.

A indústria de transformação gaúcha apresentou desempenho similar ao nacional. Até o mês de maio, o Índice de Desempenho Industrial, elaborado pelo CEAG-RS/IDERGS, indicava uma queda de 4,06% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho resulta da retração das vendas (-4,97%), das compras (-6,79%), do pessoal ocupado (-1,14%) e do salário médio (-5,21%). Ao se decompor as vendas, contudo, tem-se novamente a diferença entre o mercado interno e o externo. Com efeito, nos cinco primeiros meses do ano, enquanto as vendas internas tiveram uma queda de 20,15%, as externas apresentaram um crescimento de 25,02%.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O mercado de imóveis vem se mostrando bastante retraído após o alento que obteve em 1986, ano que se apresentou apenas como exceção em uma tendência que se delinea desde 1984. As informações referentes ao lançamento de imóveis nos principais mercados do País mostram com clareza a situação de declínio que reflete a retração experimentada pela indústria da construção civil.

Em São Paulo, o número de imóveis lançados no mercado, nos primeiros quatro meses de 1988 em relação ao idêntico período do ano anterior, caiu 29%, enquanto, no Rio de Janeiro, a queda foi de 20%. Já em Porto Alegre, o quadro apresenta-se diverso, pois, nos primeiros cinco meses do presente ano, houve um acréscimo de 22,6% no número de unidades lançadas no mercado, tendo como comparação o período de janeiro a maio de 1987. A diferença de Porto Alegre advém do fato de que, nas outras cidades, houve um razoável crescimento em 1986 e parte de 1987 em função do Plano Cruzado e, na capital gaúcha, o efeito do Plano foi muito fraco, sendo que o ano de 1987, tomado como base de comparação, apresentou um nível de produção muito baixo.

COMÉRCIO EXTERNO

Nos cinco primeiros meses de 1988, os saldos mensais da balança comercial colocaram-se em um patamar excepcional, especialmente para esta época do ano, já que, a partir de junho, o nível tende a ser mais elevado. Assim, de janeiro a março, foram batidas as marcas máximas mensais para os respectivos meses: em abril, com saldo de US\$ 1,90 bilhão, atingiu-se o maior nível histórico já alcançado; em maio, houve uma pequena retração (cerca de 7%) em relação ao mês anterior posicionando-se o resultado líquido das relações comerciais na ainda excelente posição de US\$ 1,74 bilhão. Como resultado, de janeiro a maio, o saldo acumulado somou US\$ 6,76 bilhões, tendo crescido cerca de 230% em relação a igual período do ano anterior. Diante disso, há sobradas razões para dissipar algumas preocupações que se manifestavam acerca das possibilidades de realizar a meta comercial para este ano, um saldo de US\$ 13 bilhões, tendo em vista a defasagem do câmbio que tem sido apontada em relação a períodos anteriores. A recuperação das relações de comércio - em comparação ao que se observou de janeiro a maio de 1987 - teve na elevação das exportações seu principal responsável. Em relação às cifras alcançadas naquele período do ano anterior, até maio de 1988, as exportações cresceram cerca de 54,5%, alcançando US\$ 12,37 bilhões. Já as importações, comparadas nos mesmos períodos, caíram 6% (somaram US\$ 5,80 bilhões), depois de terem permanecido em níveis bastante elevados ao longo de todo o ano de 1987.

GOVERNO

O comportamento das finanças federais no primeiro semestre de 1988 não foi muito promissor, com queda da arrecadação dos principais tributos e com aumento das despesas. O déficit público operacional, medido pelas necessidades de financiamento do setor público - excluídas as correções monetária e cambial do saldo do financiamento -, atingiu, no primeiro trimestre deste ano, Cz\$ 388,7 bilhões ou 0,47% do PIB. Em 1987, nesse mesmo período, o déficit

público registrou um resultado levemente menor, 0,42% do PIB. A maior parcela do déficit coube ao Governo Central, 0,21% do PIB, pressionado principalmente pelo aumento da dívida mobiliária. Após, encontram-se a dos estados e municípios com 0,17% do PIB e a das empresas estatais com 0,08% do PIB.

Os dados preliminares, até maio, segundo informações do Ministério da Fazenda, indicam um déficit público operacional de 0,85% do PIB, inferior ao atingido no mesmo período de 1987 (1,46% do PIB). A meta do Governo é de o déficit atingir 4% do PIB até o final do ano. Nesse sentido, as medidas adotadas pelo Governo, no primeiro semestre, com vistas a reduzir o déficit público - dentre elas, a limitação dos empréstimos aos estados, municípios e empresas estatais aos níveis de 31.12.87, congelamento da URP aos funcionários públicos e das estatais por dois meses (abril e maio) e a extinção do subsídio ao trigo - parecem ter surtido efeito.

As perspectivas com relação às contas do Governo para o segundo semestre não são animadoras. Além da tradicional pressão sobre os gastos que ocorre no final do ano, alguns fatores poderão influir para um aumento do déficit: de um lado, a redução das atividades econômicas e a aceleração inflacionária que comprimem as receitas; de outro, uma possível aprovação, no segundo turno, pela Constituinte, da anistia aos micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais elevará as despesas do Governo.

No primeiro semestre de 1988, apesar de a dívida pública interna do Rio Grande do Sul (nas Administrações Direta e Indireta) ter atingido um valor superior a Cz\$ 400 bilhões, a alteração do seu perfil com a redução da dívida de curto prazo desafogou um pouco mais a situação financeira do Estado.

Volume XVI - Número 3 - Julho/Setembro 1988

**POLÍTICA
ECONÔMICA**

O bloqueio estrutural e a instabilidade conjuntural que afetam a economia brasileira nos anos 80 constituem um

permanente desafio aos gestores da política econômica. Após o II PND (1974-79), perdeu-se de vista qualquer estratégia de crescimento de longo prazo, ficando a política econômica entregue às preocupações e vicissitudes da conjuntura. Isso é particularmente verdadeiro para a atual política "feijão com arroz". Após 10 meses de vigência, seus resultados internos são extremamente negativos: inflação beirando os 30% mensais, dívida pública crescendo aceleradamente em termos reais, queda dos investimentos e estagnação do produto e do emprego. Face a esses fatos, o imobilismo parece ser a característica mais acentuada da política econômica, o que contrasta com a gravidade dos problemas a serem enfrentados.

Parte da explicação para esse imobilismo das autoridades econômicas é que existe um conflito entre as metas do ajuste externo, nos termos em que ele foi concluído, e os objetivos de estabilização dos preços internos, da política fiscal e monetária e o financiamento dos investimentos para a retomada do crescimento econômico. A política "feijão com arroz" não contempla um plano de ajuste interno da economia brasileira, mas tão-somente reflete a outra face do acordo que o Governo brasileiro fez com os credores internacionais. A meta prioritária dos gestores da política econômica atual é a normalização das relações com a comunidade financeira internacional. A tentativa de realizar esse objetivo subordina e relega todas as demais questões da economia brasileira.

Os reflexos do acordo externo sobre as contas públicas são acentuadamente negativos, em virtude dos componentes estruturais do desequilíbrio do setor público, com a estatização da dívida externa e da elevada dívida pública interna. O crescimento descontrolado dos custos financeiros decorrentes do endividamento público externo e interno, somado à queda acentuada da receita fiscal e ao peso dos incentivos e subsídios fiscais, compõe um quadro de dificuldades de tal ordem que se torna extremamente difícil o êxito de qualquer tentativa para equilibrar financeiramente as contas públicas. Em virtude

desses componentes estruturais do desequilíbrio das finanças públicas, têm sido inócuas, até o presente, todas as tentativas de ajuste do setor público. Combater o déficit público unicamente pelo lado do corte dos gastos com pessoal, consumo e investimento, sem atacá-lo pelas suas vertentes financeiras - que são a dívida interna e a dívida externa -, tem sido a principal causa do fracasso da atual política econômica "feijão com arroz" nesta área.

Se não, vejamos. O déficit público, no seu conceito operacional, que foi de 5,5% do PIB em 1987, dificilmente poderá ser contido ao nível dos 4% em 1988, conforme pretende a atual equipe econômica, apesar de todas as medidas tomadas, no corrente ano, com esse objetivo. O acordo feito com os credores internacionais, ao impor o financiamento doméstico dos juros externos, através dos superávits comerciais, exerce grande pressão sobre o déficit público. Por outro lado, a dívida pública interna tem crescido de forma preocupante no corrente ano, como decorrência de sua ligação com o pagamento dos encargos da parte estatizada da dívida externa e da forma como vem sendo financiada internamente, através da colocação de títulos públicos com juros crescentes. Um dado ilustrativo disso é o crescimento real de 11,95% da dívida pública mobiliária no período de janeiro a setembro de 1988. Já os gastos financeiros do Tesouro com a rolagem dessa dívida tiveram um crescimento real de 16,9% no mesmo período de janeiro a setembro do corrente ano. Por outro lado, os custos financeiros da dívida pública externa, de aproximadamente 3,0% do PIB, em 1987, tem responsabilidade direta sobre essa situação de crise do setor público.

AGRICULTURA

Em 1987, o valor da produção agrícola gaúcha apresentou um crescimento extraordinário da ordem de 21,3%, tendo os produtos da lavoura contribuído com 26,4% e os da pecuária com 8,3%. Esse elevado índice não se origina de aumento da produtividade ou de acréscimo de produção além do normal, mas apenas do fato de que a

safrade verão, colhida em 1986, havia sofrido uma das maiores frustrações já observadas na região Centro-Sul, enquanto a safra colhida em 1987, beneficiada por condições climáticas bastante favoráveis, resultara em rendimento acima da média histórica, gerando, em consequência, um acréscimo atípico de produção física, de uma safra para outra, de cerca de 43%.

O desempenho da atividade agrícola no ano de 1988 deverá ser significativamente diferente do apresentado em 1987. O volume total da produção das cinco principais lavouras de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) deverá apresentar um decréscimo em relação à safra anterior, provavelmente superior a 18%, em razão da quebra da produção de milho (-34,5%), da quebra da produção de soja (-27,3%) e, certamente, de uma quebra superior a 15% no trigo. No entanto, ao contrário do ano anterior, a expressiva recuperação dos preços dos grãos em relação à safra passada, tendo inclusive ultrapassado a variação do índice inflacionário, ao que tudo indica proporcionará ao setor uma recuperação mais do que proporcional à perda física. Dessa forma, a estimativa do valor da produção das cinco lavouras de grãos consideradas apresenta um acréscimo real, a preços de setembro de 1988, da ordem de 9,8%.

INDÚSTRIA

Passado algum tempo, já é possível ter claro que os meses de maio e junho de 1988 representam o final de um período em que as taxas de crescimento da indústria de transformação brasileira deixaram de ser fortemente negativas e se tornaram cada vez mais próximas de zero, isto é, mostraram quedas cada vez menos expressivas. Esse movimento aparece tanto para o total da indústria de transformação como para as várias categorias de uso. Observa-se, então, que o primeiro semestre de 1988, apesar de apresentar uma média menor que a de 1987, se mostra superior à média dos anos anteriores, incluindo 1986, sabidamente um ano de exceção pela expansão

proporcionada pelo Plano Cruzado. Continua, portanto, evidente o caráter de crise que vive a indústria brasileira, pois não é possível defender-se a idéia de que o nível de produção alcançado é satisfatório simplesmente porque é pouco superior ao de 1986.

Apesar de as exportações virem crescendo há vários anos, especialmente em épocas de crise do mercado interno, os setores que já têm tradição no mercado externo buscam intensificar ainda mais essa saída para evitar uma queda grande no seu nível de produção. O ano de 1987, especialmente a partir de maio/junho, quando se torna mais nítido o desaquecimento interno, mostrou claramente esse movimento depois do atípico crescimento do mercado durante o Plano Cruzado. O ano de 1988 repete e amplia esse processo, alcançando constantemente recordes de valor exportado ou saldos comerciais. Os produtos industrializados têm alcançado peso cada vez maior na pauta de exportações brasileiras, chegando a ser responsáveis por mais de 70% do total do valor exportado de janeiro a agosto de 1988 e apresentando um crescimento de 44,76% em relação ao valor acumulado no mesmo período do ano.

Com base nisso, é de se supor que, até o momento, o estímulo do setor externo à produção industrial é mais intenso em 1988 do que o foi em 1984 e que, se o incremento da produção em 1988 é tão mais fraco que o de quatro anos antes, isto se deve a outros fatores que não a influência do setor externo.

A indústria de transformação do Estado, no período de janeiro a agosto, apresentou uma queda de 0,5% na produção física. Em que pese ao resultado negativo, a indústria de transformação vem tendo uma relativa recuperação a partir do mês de fevereiro, quando cessou o movimento descendente da produção. A partir do mês de junho, contudo, já se obtêm taxas mensais positivas, sendo de 12,7% em agosto. Com isso, é bastante provável que o desempenho da indústria seja igual ou pouco superior ao

verificado no ano anterior. A recuperação da atividade fabril pode ser constatada ao se utilizarem outros indicadores.

COMÉRCIO EXTERNO

No corrente ano, a grandeza alcançada pelos saldos da balança comercial, mês após mês, tem causado surpresa aos observadores mais otimistas. Tal fato se traduziu num superávit acumulado no período transcorrido de janeiro a setembro da ordem de US\$ 14,5 bilhões, portanto, 84,7% superior ao de igual período de 1987. O desempenho comercial do País já permite estimar um saldo anual, para 1988, em torno de US\$ 18,0 bilhões. Essa estimativa, caso se confirme, deverá elevar as reservas externas do País para cerca de US\$ 8,0 bilhões - o que caracteriza a superação da crise cambial -, pois tal importância equivale a quase sete meses de importações.

O alargamento dos saldos comerciais encontra como elemento fundamental para sua explicação o aumento das receitas das exportações. São estas receitas que, desde sua recuperação em junho do ano passado, têm apresentado a capacidade de se manter em elevados patamares ou, como vem se verificando desde junho deste ano, de superar os níveis anteriores. De janeiro a setembro, elas cresceram 32,6% em relação a igual período do ano passado, alcançando US\$ 25,2 bilhões. Ao longo de 1988, a taxa real de câmbio tem apresentado uma significativa valorização.

GOVERNO

O terceiro trimestre de 1988 não apresentou substanciais alterações na condução da política fiscal. O Governo manteve o seu diagnóstico considerando o déficit público como a causa principal da inflação e, para combatê-lo, utiliza a terapia que combina cortes de despesas e elevação de receitas.

O déficit operacional do setor público atingiu Cz\$ 715,7 bilhões entre janeiro e julho de 1988, o que corresponde a 2,5% do PIB para o mesmo período - 0,75% do PIB anual. No ano passado, o déficit alcançou 3,67% do PIB nesse mesmo período. No total do déficit, as empresas estatais

apresentaram a maior participação, de 0,94% do PIB, enquanto o Governo Central e os estados e municípios registraram o mesmo percentual, de 0,75% do PIB. Esses resultados deixaram o Governo otimista quanto à possibilidade de atingir a meta de déficit de 4% do PIB para 1988, conforme acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo as autoridades econômicas, esse melhor desempenho em relação ao ano anterior deveu-se às medidas adotadas durante o primeiro semestre sobretudo para reduzir os gastos, tais como: o congelamento das parcelas referentes à Unidade de Referência de Preços (URP), para o funcionalismo público, de abril e maio; a unicidade orçamentária, que possibilitou melhor controle dos gastos da União; a limitação do endividamento dos estados e municípios; e, também com relação à receita, a recomposição das tarifas públicas desde o final de 1987.

Enquanto o déficit operacional tem-se mostrado controlado, a dívida pública tem crescido significativamente. O estoque da dívida pública interna em títulos atingiu Cz\$ 19.782 bilhões até agosto, crescendo 26,4% reais no período. As principais explicações para um crescimento tão acentuado da dívida são o recrudescimento inflacionário, os enormes superávits comerciais e a substituição dos saldos dos depósitos voluntários de poupança e recursos dos exportadores no Banco Central por títulos públicos federais - conforme decisão adotada em junho pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em 1988 tem-se revelado um pouco menos preocupante do que em períodos anteriores. A dívida pública interna do Rio Grande do Sul atingiu, até agosto, Cz\$ 800 bilhões, tendo decrescido, em termos reais, em relação ao montante existente em março de 1987 (Cz\$ 111 bilhões).

Volume XVI - Número 4 - Outubro/Dezembro 1988

PANORAMA GERAL

Como resultado de seus problemas estruturais, a economia brasileira voltou a apresentar, em 1988, um

desempenho medíocre, ainda pior do que em 1987. Estimativas preliminares do IBGE com informações até outubro indicam uma taxa de 0,04% para o PIB nacional, o que significa o terceiro pior desempenho dos últimos oito anos (apenas superior ao ano de 1981 (-3,13%) e ao de 1983 (-2,83%)).

De uma maneira geral, como já foi dito anteriormente, a retomada do dinamismo industrial próximo ao da década de 70 passa por uma reorganização geral da economia brasileira que encaminhe soluções consistentes para a dívida externa, para o setor público, para o sistema financeiro e para a inflação.

Na realidade, os dados da produção industrial para o mês de novembro (-7,1% em relação a novembro de 1987) apontam uma taxa de crescimento negativa para o PIB. De qualquer maneira, a estimativa atual implica uma queda de 1,9% no PIB "per capita".

Inserida nesse contexto de estagnação, a economia do Rio Grande do Sul teve também um péssimo desempenho. Estimativas preliminares do Núcleo de Contabilidade Social da FEE indicam uma taxa de -1,9% para o PIB regional e uma redução de 3,2% no produto real "per capita". A se confirmarem essas estimativas, este seria o segundo pior desempenho dos últimos 18 anos, superado apenas pelo do ano de 1981 (-2,6%). O resultado de 1988 apenas confirma o quadro geral de estagnação que vem delineando-se desde 1987 (1,0%), quando o comportamento do setor agrícola impediu que o produto regional atingisse uma taxa negativa.

POLÍTICA ECONÔMICA

O ano de 1988 deixou o Brasil em compasso de espera, no que se refere à política econômica. Em contraste com o imobilismo da ação governamental, a realidade econômica e social não se fez esperar: enquanto as condições de vida se deterioraram em virtude de um decréscimo da renda "per capita", a inflação ronda os 1.000% ao ano, e o nível do emprego e o da produção estagnaram. O único setor que apresentou um desempenho positivo foi o exportador, que, por isso mesmo, cobrou um preço elevado em termos de

instabilidades internas. Essa política econômica, definida pelo seu titular, o Ministro Mailson da Nóbrega, como uma política "feijão-com-arroz", significa uma postura de não-enfrentamento dos graves problemas econômicos que o País vem experimentando ao longo de toda a década de 80. Tais problemas sintetizam-se na dívida externa, que cobra pesados dividendos à economia nacional, e na dívida interna, que, ao paralisar a ação estatal, projeta grandes incertezas quanto ao futuro econômico. A dívida externa, estabilizada em sua maior parte, e a dívida pública interna, fortemente alimentada pela externa, constituem hoje um bloqueio estrutural à retomada do crescimento da economia brasileira.

AGRICULTURA

O produto nacional da agricultura no ano de 1988 permaneceu praticamente inalterado, em relação ao ano passado. O crescimento do produto do setor, segundo estimativas do IBGE, ficou em 0,1%, com uma redução de -1,5% na lavoura, compensado, em parte, pelo desempenho da produção animal, que cresceu 2,8% (GM, 30.12.88).

Situações climáticas atípicas foram observadas em várias regiões do País: em alguns estados, o volume de chuvas superou a média histórica, enquanto, em outros, ficou bem abaixo dos padrões ideais. Em virtude disso, nota-se que o crescimento da produção não se deu de forma homogênea entre os diversos produtos. Em particular, quatro culturas, o café (-35%), a mandioca (-8,9%), o trigo (-10,2%) e o milho (-7,7%), registraram queda na produção. Em relação às lavouras de arroz (13,4%), cana-de-açúcar (3,0%), algodão (71,1%), fumo (14,4%), feijão (46,1%) e soja (6,4%), a estimativa é de um crescimento significativo em relação ao ano de 1987 (Levant. Sistem. Prod. Agríc., 1988).

No Rio Grande do Sul, os problemas climáticos afetaram de maneira mais aguda o desempenho do setor agrícola. As estimativas preliminares acusaram um decréscimo de -9,5% no produto gerado por esse segmento. Essa "performance" decorre

principalmente da comparação com o ano de 1987, ano este em que o setor apresentou um ótimo desempenho, crescendo a uma taxa de 28,4%.

O comportamento da agricultura gaúcha em 1988 pode ser melhor entendido ao se analisar o Valor Bruto de Produção dos principais produtos em todos os seus segmentos: a pecuária apresentou um crescimento de 7,4%, enquanto a lavoura decresceu em -10,9% o que determinou uma queda de -5,7% na produção do Estado.

INDÚSTRIA

A indústria brasileira em 1988, refletindo o quadro geral de dificuldades que já se esboçava em 1987, quando experimentou um crescimento levemente positivo (0,2%), voltou a ter um desempenho negativo de 2,2%, repetindo os anos de crise de 1981 (-9,2%), 1982 (-0,1%) e 1983 (-6,6%). O desaquecimento da demanda interna que não conseguiu ser compensado pelo crescimento das exportações de industrializados foi o principal responsável por esse fraco desempenho em 1988. Como já foi mencionado anteriormente, a produção industrial deve sofrer uma redução ainda maior, levando-se em conta a tendência dos últimos meses.

Dentro de uma perspectiva mais ampla, o desempenho de 1988 está atrelado ao problema da redução dos investimentos: a média da relação investimento/PIB passa de 22% no período de 1971-80 para 18% no período 1981-87.

A indústria no Rio Grande do Sul tem tido, em geral, um comportamento similar ao brasileiro. Em 1988, a indústria teve um desempenho pior do que em 1987, com uma taxa de crescimento estimada de -2,5%, desempenho este apenas superior ao de 1981 (-10,4%), revelando um processo de estagnação econômica.

A análise do desempenho da indústria no Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos evidencia que o setor tem acompanhado as diversas fases de expansão e de contração da produção industrial brasileira. Com uma

estrutura produtiva já bastante diversificada, a indústria do Estado não é, no entanto, a mera reprodução, em escala menor, da indústria do centro do País. As diversas peculiaridades em termos de composição industrial que a caracterizam fazem com que, inúmeras vezes, a mesma experimente quedas e retomadas no crescimento da produção com intensidades diferentes daquelas apresentadas a nível nacional. Assim, por exemplo, enquanto nos períodos 1981-83, 1984-86 e 1987-88 a indústria brasileira crescia a taxas de -3,4%, 10,3%, e -2,4% respectivamente, no Rio Grande do Sul a produção industrial experimentava taxas de 1,8%, 6,9% e 0,4% (taxas calculadas a partir dos índices de produção física do IBGE).

Em 1988, as taxas do indicador mensal de produção industrial do Estado mostram uma clara intermitência de recuos e breves períodos de recuperação do crescimento até o final do primeiro semestre. Nesse sentido, embora o início do segundo semestre seja marcado por um desempenho bastante favorável, quando a produção industrial apresentou uma taxa de crescimento no mês de agosto (relativamente ao mesmo mês do ano anterior) de 13%, tal desempenho não teve condições de sustentação, retomando a produção industrial a percorrer uma trajetória declinante nos meses seguintes.

Não obstante a referida intermitência, a evolução mensal da produção industrial do Estado conduziu a uma taxa acumulada até outubro do corrente ano de -2,1%, mantendo, assim, a tendência decrescente dos indicadores da atividade industrial manifestada desde meados de 1987. Com isso, verifica-se o aumento da capacidade ociosa da indústria, que passa de 19% no terceiro trimestre de 1987 para 34% no mesmo trimestre do ano de 1988.

COMÉRCIO EXTERNO

Ao longo de 1988, a ação governamental no processo de renegociação da dívida com os credores externos partiu sempre de uma premissa fundamental: cabia ao Brasil buscar reconquistar sua credibilidade perante a comunidade

financeira internacional. Em síntese, como sempre foi dito, tratava-se de criar condições para recuperar o fluxo voluntário de recursos externos.

Na tentativa de recuperar a credibilidade do País e restabelecer o clima de cooperação com os credores, o Governo assinou protocolos com vários segmentos do sistema financeiro internacional. Houve acerto de metas de política econômica com o Fundo Monetário Internacional (FMI), assinatura de protocolo com as agências governamentais integradas ao Clube de Paris (em 29 de julho) e com os bancos comerciais (em 22 de setembro). Em 21 de setembro, o Banco Central (BACEN) formalizou a revogação da moratória sobre os juros da dívida externa dos bancos comerciais, que de fato já vinham sendo pagos, ainda que com protelações que não traziam maiores transtornos aos bancos.

A meta governamental para o saldo da balança comercial brasileira, para 1988, foi anunciada como sendo de US\$ 13 bilhões, portanto, praticamente igual ao maior saldo anteriormente alcançado em 1984. Entretanto os dados mensais disponíveis, acumulados até novembro, já permitem prever que o "superavit" anual deverá ser de, no mínimo, US\$ 19,1 bilhões, ou seja, 70,9% maior que o de 1987 e 45,9% superior à maior marca histórica antes registrada. Na formação de tão elevado "superavit", é o principal responsável o crescimento experimentado pelas exportações. A previsão é de que essas alcancem, no mínimo, US\$ 33,6 bilhões. Caso se efetive essa cifra, significará um crescimento de cerca de 28,1% em relação ao ano anterior e de 24,4% sobre o maior nível histórico anterior, o de 1984.

A influência da fase recessiva da economia sobre as importações não é imediatamente perceptível, em decorrência da evolução de seus preços médios. Assim, os dispêndios com compras ao mercado externo aparecem, de janeiro a novembro de 1988, com um valor de cerca de US\$ 13,2 bilhões, apenas 3,9% menor do que em igual período

do exercício anterior. Tal nível de dispêndio permite prever que as importações somarão, no ano todo, cerca de US\$ 14,5 bilhões. Para avaliar mais corretamente essa importância, é conveniente lembrar que, no período de 1984 a 1987, a média das importações ficou em torno de US\$14,0 bilhões e que, de 1984 a 1986, a economia apresentou um ritmo de crescimento relativamente muito elevado, quando comparado ao exercício em observação.

Na relação cruzado/"cesta de moedas", ao contrário, constata-se um relativo "alinhamento", a despeito de uma pequena desvalorização entre julho e setembro, que não se mantém posteriormente. A manutenção desse "alinhamento", enquanto ocorria a valorização cambial face ao dólar, evidencia, além de uma consequência da política norte-americana de desvalorização de sua moeda, que a política cambial brasileira se manteve orientada para preservar a taxa cruzado/"cesta de moedas" como seu principal instrumento.

GOVERNO

Ao assumir o cargo, no início de 1988, o Ministro da Fazenda não pretendia fazer alterações significativas na condução da política fiscal. A equipe econômica do Governo trabalhava com a hipótese de estabilizar a velocidade mensal de elevação de preços num patamar em torno de 15%. Para atingir esse objetivo e após reduzir gradualmente essa taxa, considerava que o principal seria evitar um descontrole do "déficit" público. Pelo diagnóstico do Governo, o "déficit" seria a principal causa da inflação. Com o "déficit" público potencial podendo atingir 7,6% do PIB em 1988, as autoridades econômicas iniciaram sua política de controle e corte dos gastos e aumento de receitas com o intuito de reduzi-lo.

Ainda no início do segundo semestre, o Governo adotou novas medidas visando reduzir o seu "déficit". No sentido de diminuir o efeito Inflacionário sobre os impostos, foram reduzidos, no mês de julho de 1988, os prazos de recolhimento do Imposto de Renda na fonte sobre salários e

aplicações financeiras e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os resultados apresentados pelo "déficit" público de janeiro a setembro de 1988 também foram auspiciosos, tendo atingido 1,6% do PIB nesse período, enquanto, em 1987, foi de 2,7% do PIB. Esse percentual é exatamente o que foi prometido ao FMI para esse período. O "déficit" do Governo Central atingiu 1,2% do PIB, ficando abaixo da expectativa. As empresas estatais apresentaram um "déficit" de 0,1% no período, enquanto os governos estaduais e municipais alcançaram um "déficit" de 0,2% do PIB.

A situação das finanças do Estado do Rio Grande do Sul em 1988 mostrou-se mais alentadora quando comparada com períodos anteriores. A dívida pública total, que no início de março de 1987 atingiu Cz\$ 111,0 bilhões situou-se em torno de 380 milhões de OTNs no final de 1988, crescendo menos do que a inflação no período. Um outro fato importante é que o seu perfil, desde o ano anterior, vem sendo alterado, com redução da dívida de curto prazo. A dívida flutuante, que representava 32,7% do total da dívida em 1986, caiu para 21,09% em 1987, enquanto a participação da dívida fundada interna cresceu de 58,7% para 72,5% nesse mesmo período.

Volume XVII - Número 1 - Janeiro/Março 1989

POLÍTICA ECONÔMICA

O Plano Verão consiste numa série de medidas de curto prazo, contidas na Medida Provisória no 32, de 16 de janeiro de 1989, cujo objetivo principal e imediato era impedir que a inflação disparasse para uma hiperinflação. O núcleo essencial do Plano abriga medidas ortodoxas, como a política monetária e a política fiscal restritivas (mais a monetária que a fiscal), acompanhadas heterodoxamente pelo congelamento de preços, salários e câmbio. Acompanha, ainda, a eliminação de OTN como principal indexador da economia, ficando seu valor congelado nos níveis de 1o de janeiro (NCz\$ 6,17); o estabelecimento do

IPC ou da variação da LFT (o maior deles) como índice de remuneração da caderneta de poupança; além de outras medidas de caráter fiscal, anunciando a intenção de restringir gastos com pessoal. Finalmente, a supressão de três zeros do cruzado, passando a moeda nacional a chamar-se cruzado novo.

A idéia básica do Plano Verão reside na tentativa de regular a demanda através de uma combinação da política fiscal e monetária — muito mais monetária que fiscal, porque o ajuste fiscal não se concretizou —, procurando-se, com isso, evitar uma pressão sobre os preços. A intenção de controlar a demanda materializa-se também na mudança da política salarial, através da extinção da URP e do congelamento dos salários pela média de 1988, o que significa mantê-los nos níveis mais baixos dos últimos três anos. Com o congelamento dos salários num patamar tão baixo, o Plano Verão sancionava uma forte compressão na massa salarial, evitando, assim, que um eventual aumento da demanda de consumo pudesse pressionar os preços.

Se o objetivo primordial do Plano Verão era evitar a hiperinflação, pode-se afirmar que o mesmo deu certo. No entanto, esse é um sucesso ilusório, pois os problemas acumulados nestes três meses posteriores a sua implantação podem colocar a economia novamente face ao problema inflacionário acelerado.

Três questões contribuíram para que essa perspectiva se coloque num horizonte muito próximo: em primeiro lugar, o fato de o Plano Verão não tocar nas causas básicas da inflação brasileira; depois, a ausência de apoio externo ao Plano; e, finalmente, os problemas criados pela elevada taxa de juros.

AGRICULTURA

A safra de verão do Rio Grande do Sul, que significa cerca de 55% do VBP setorial, apresenta-se bastante promissora, apesar da estiagem na região da fronteira. No momento em que inicia a colheita, reforça-se a expectativa de que esta safra apresentará a mais alta produtividade já

obtida nas lavouras de soja e milho, com 1.688kg/ha e 2.157kg/ha respectivamente.

Neste trimestre, em plena vigência do Plano Verão, foram determinadas as regras para a comercialização da safra que começa a ser colhida. Mantendo a mesma política do ano anterior, ou seja, a de evitar a aquisição de elevados volumes de produção, o Governo atualiza os preços de intervenção para a venda de seus estoques no mercado e elege o EGF como instrumento primordial na agilização do escoamento da safra. Essas medidas expressam a intenção do Governo de deixar a cargo da iniciativa privada uma participação cada vez maior na comercialização agrícola da Região Centro-Sul.

INDÚSTRIA

O quadro recessivo que caracterizou a indústria manufatureira em 1988 continua presente nos primeiros meses do corrente ano. Em fevereiro, porém, ficou mais evidenciada a retração acusada no setor industrial. A produção física, segundo a Fundação IBGE, registrou uma queda de 9,9%, ou seja, o mais baixo resultado desde 1983 (-11,0%). A totalidade dos gêneros industriais apresentou decréscimo de produção, fato que não ocorria desde 1982. O mau desempenho da indústria brasileira esteve fortemente atrelado ao fraco comportamento da mecânica (-14,3%), da química (-6,2%) e de produtos alimentares (-5,8%). Essa retração se expressa também a nível do mercado de trabalho, que acusou a dispensa de 0,84% de pessoal ocupado nos dois primeiros meses do corrente ano, na Grande São Paulo.

As indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis (-7,3%) e de bens de capital (-5,6%) destacaram-se negativamente no primeiro bimestre do corrente ano relativamente ao mesmo período de 1987, e as de bens intermediários e de bens de consumo duráveis aumentaram sua produção em 5,6% e 4,4% respectivamente.

A atual retração da produção industrial, em um contexto de manutenção da política econômica que vem sendo

seguida, tem dado mostras de estender-se aos próximos meses. De fato, o Plano Verão, posto em execução a partir de 15 de janeiro deste ano, aprofundou o caráter recessivo da política já anteriormente adotada, que se caracteriza pela elevação da taxa real de juros, pela insistência de cortes nos gastos governamentais e pela contração dos salários reais.

O desempenho da indústria de transformação do Rio Grande do Sul em 1988 confirmou a tendência à queda que vem se manifestando desde meados de 1987.

COMÉRCIO EXTERNO

As transações correntes — balança comercial mais serviços, mais transferências unilaterais — do Brasil têm tido, até recentemente, como marca histórica o fato de se apresentarem deficitárias. Em 1984 e 1985, obtiveram-se dois pequenos "superávits". Em 1988, graças ao saldo comercial de US\$ 19,1 bilhões, o "superávit" em transações correntes alcançou a cifra de US\$ 4,6 bilhões. Metade dessa importância foi destinada ao aumento das reservas, a outra metade foi utilizada na amortização de débitos externos (principal da dívida).

O saldo comercial em 1988 é explicado, em sua maior parte, pela queda da demanda interna e pela conseqüente expansão dos volumes físicos exportados e redução dos importados. A recessão por que vem passando a economia se coloca como um fator conjuntural de destacada importância na determinação do "superávit" comercial. No exercício em questão, também foi muito favorável a expansão do mercado mundial de mercadorias, que apresentou sua maior taxa de crescimento dos últimos anos. Cabe dizer ainda que a política cambial seguida pelo País não se realizou com desvalorização real das relações cruzado/dólar e cruzado/ "cesta de moedas" dos principais parceiros comerciais do Brasil. Na verdade, ao se observarem essas relações, constatamos uma tendência moderada, mas persistente, de valorização de taxa real de câmbio.

GOVERNO

O primeiro trimestre de 1989 iniciou com significativas alterações na condução da política econômica através do anúncio, em 15.01.89, de um novo plano de estabilização — Plano Verão — cujo objetivo principal era reduzir a inflação. Tendo em vista esse objetivo, o Governo tomou uma série de medidas de cunho heterodoxo, por exemplo, o congelamento de preços, e ortodoxo, como uma política monetária restritiva, caracterizada por juros reais elevados.

Nas áreas fiscal e monetária, foram anunciadas diversas mudanças, entre as quais: redução da folha de pagamento, através de demissões dos servidores que não tenham estabilidade constitucional; transferência da data de pagamento dos servidores da Administração Direta para o dia 10 do mês seguinte; corte de vantagens adicionais; e extinção de cargos e funções.

O que se verifica é que, apesar de toda a polêmica em torno dessa medida, o ganho seria insignificante para as contas públicas. O mais preocupante é o crescimento dos custos financeiros decorrente do aumento da taxa de juros, como se verá mais adiante. Por sua vez, o Governo, até o final do primeiro trimestre, não havia efetuado as demissões apregoadas e, ao que tudo indica, não demitirá esses funcionários.

O Plano Verão no que diz respeito ao ajuste fiscal restringiu-se apenas a adiar despesas e a fazer cortes pouco significativos para as contas da União. Entretanto, a política de juros reais elevados irá aumentar sobremaneira os custos financeiros, trazendo sérios reflexos para o "deficit" público.

Volume XVII - Número 2 - Abril/Junho 1989

**POLÍTICA
ECONÔMICA**

O descongelamento total dos preços, no mês de junho, e a reindexação generalizada da economia, em julho, através do BTN fiscal e cambial são as medidas que marcam o fim do Plano Verão e o retorno à política

econômica "feijão-com-arroz". Inclui-se também nessas medidas a reindexação dos salários, mediante a nova lei salarial proposta e aprovada pelo Congresso Nacional. As taxas de inflação dos meses de junho e julho, embora se inscrevam num processo inflacionário movido por causas estruturais, explicam-se pelas decisões, primeiro, de descongelar os preços, dando vazão às tensões acumuladas nos meses anteriores, o que se refletiu na abrupta aceleração da inflação de maio (9,9%) para junho (24,8%), e, depois, de reintroduzir a indexação, que seguiu, de certa forma, a taxa de inflação de julho (28,76%).

Se é verdade, no entanto, que a política econômica volta a ser o que foi ao longo de 1988, o cenário da economia não é mais o mesmo do ano passado, pois a crise do setor público é mais aguda, reduzindo-se o espaço da política econômica, com o correlato desgaste de seus instrumentos de política monetária e fiscal. Como consequência, aumentaram a instabilidade e as incertezas dos agentes econômicos em relação ao futuro, alargando-se, assim, o caminho que leva à hiperinflação. Esta não é uma fatalidade, mas coloca-se sempre como uma possibilidade real que resulta, nas circunstâncias atuais, da falência do setor público.

O elevado nível de descrédito da sociedade em relação ao Governo traduz-se numa rejeição à própria moeda. Essa rejeição, aliada ao "nó monetário-financeiro" das dívidas pública externa e interna, reduz os efeitos esperados da política monetária, como aconteceu nos primeiros meses do Plano Verão. Como se recorda, a política de juros elevados praticada nesse período visava impedir que a massa de recursos financeiros existentes na economia se traduzisse num aumento da demanda especulativa em ativos reais ou em consumo. Os efeitos, no entanto, foram contrários aos que se pretendia, pois a falta de confiança no Plano, o efeito-renda produzido pelos altos juros e a perspectiva de descongelamento não só estimularam uma antecipação do consumo, como desencadearam também um forte

movimento especulativo em ativos reais.

Os dados indicam uma acentuada expansão da base monetária nos primeiros seis meses de 1989, chegando a um percentual nominal de 211,9% para uma inflação de 170,3% no período. Ela foi, contudo, maior no primeiro trimestre (81,2% contra uma inflação de 65,7%) do que no segundo (72,2% em relação à inflação de 63,1%).

AGRICULTURA

A safra gaúcha de verão 1988/89 caracterizou-se com a melhor da década de 80. A produção física das quatro principais lavouras (arroz, feijão, milho e soja) atingiu 13,8 milhões de toneladas, superando em 9% a de 1984/85, que havia sido, até então, a melhor da década, e em 35% a de 1987/88.

A área cultivada com as quatro culturas, embora levemente superior à do ano anterior, apresenta um decréscimo de 6,6% (442.000 ha) frente ao ano de 1980 que apresentou a maior área plantada da década. Em função disso, o acréscimo da produção em relação ao ano passado decorre do significativo aumento da produtividade, especialmente da soja e do milho, da ordem de 63% e 42% respectivamente. O motivo principal desse crescimento foi o clima amplamente favorável às culturas de sequeiro nesta safra, contrariamente ao que ocorreu na anterior. No entanto o clima parece não explicar todo o acréscimo, já que as produtividades médias do milho e da soja foram as maiores da década, superando em, respectivamente, 7% e 8% os recordes até então registrados.

INDÚSTRIA

Após oito meses de queda ininterrupta, a produção industrial brasileira voltou a crescer em maio último, registrando uma expansão de 5,30 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano passado. E, em comparação com o mês de abril, esse aumento alcança 7,72%, segundo dados fornecidos pelo IBGE.

Convém lembrar, contudo, que esse incremento da produção constatado em maio não significa,

necessariamente, uma retomada duradoura do crescimento do setor industrial. Isto porque a política econômica vigente, com seus condicionantes — papéis do Governo com alta remuneração, processo inflacionário acelerado, cortes nas compras governamentais, etc. — está bem presente no cenário nacional, deixando antever o caráter efêmero do referido incremento da produção. O principal agente propulsor da reativação da indústria nacional, em maio, foi o aumento da demanda interna, que criou a necessidade de reposição dos estoques do comércio. O aquecimento da demanda interna decorreu, principalmente, de antecipação das compras pelos consumidores em razão do gradual descongelamento dos preços então vigentes. No acumulado de janeiro a maio, em relação ao mesmo período do ano anterior, constata-se que, embora o indicador da produção industrial brasileira seja ainda negativo (-3,62%), está bem acima do acumulado do primeiro trimestre do ano em curso (-7,06%). O referido indicador mostra variações positivas para bebidas (7,66%), produtos de matérias plásticas (5,91%) e papel e papelão (2,68%). Somente material de transporte registrou queda no acumulado dos cinco primeiros meses do ano ainda maior do que a verificada no trimestre, com taxas de -10,55% e -7,27% respectivamente. Cabe ressaltar que a utilização média da capacidade instalada da indústria de transformação do País atingiu, em abril, 79%. Esse dado revela que a indústria estava operando com uma capacidade ociosa elevada, o que possibilitou o incremento da produção em maio. A taxa de investimento, entretanto, continua baixa.

Nos quatro primeiros meses do ano, a indústria do Rio Grande do Sul, assim como a brasileira, apresentou uma queda nos níveis de atividade, não obstante o recente crescimento observado na produção física industrial.

COMÉRCIO EXTERNO

Entende-se, por motivos variados, que é de grande importância atentar para as causas e os significados das dificuldades cambiais que o País atravessa. De imediato,

cabe notar que essas dificuldades evidenciam que, a despeito do esforço econômico e do sacrifício social realizados, o Brasil não logrou alcançar uma estabilidade mínima na sua "frente externa". Isso não significa dizer que, ao longo da década, um grande reajuste não tinha sido alcançado nas contas do balanço de pagamentos.

Na verdade, ao se constatar que o saldo das transações correntes não foi destinado à formação de reservas, mas ao ressarcimento de parcelas do principal devido ao Exterior, evidencia-se a natureza das relações estabelecidas entre o sistema financeiro internacional e o Brasil. Essas relações contemplam amplamente os interesses daquele com o grande sacrifício deste. Cabe repetir que a negociação de caráter convencional que então foi realizada entre o Brasil e seus credores deixou a economia sem perspectivas para a retomada do crescimento. Essa é uma das faces da política econômica atual e seu aspecto mais fundamental.

A outra face da política econômica, complemento e extensão da primeira, é o fato de que o Governo não implementou as reformas necessárias para recuperar a capacidade de financiamento do setor público. Dessas circunstâncias gerais, derivou-se a conjuntura recessiva e tendente à hi-perinflação.

GOVERNO

As contas do Governo Federal neste primeiro semestre de 1989 apresentaram resultados satisfatórios. O "déficit" público operacional, medido pelas necessidades de financiamento do setor público excluindo as correções monetárias e cambial, alcançou, segundo o Governo, no primeiro trimestre deste ano, 0,13% do PIB, sendo menor que o registrado no mesmo período de 1988, quando atingiu 0,39% do PIB. Para o ano de 1989, o Governo estimou um "déficit" operacional entre 5% e 6% do PIB, situando-se bem acima do percentual estimado anteriormente para esse período, que era de 2% do PIB. Além disso, para as autoridades econômicas o "déficit" foi controlado no primeiro semestre, até produzindo um "superávit" primário de NCz\$

1.600 milhões. No entanto, para o segundo semestre, o Governo pretende manter a política monetária restritiva, o que irá aumentar os custos financeiros com a dívida pública.

A situação das finanças do Estado do Rio Grande do Sul tem-se revelado mais alentadora neste ano de 1989 e final do ano anterior. O resultado operacional em 1988 apresentou um "superávit" de NCz\$ 78,9 milhões contra um de NCz\$ 200 mil em 1987. Além disso, a dívida pública da Administração Direta teve alterado o seu perfil. No final de 1986, cerca de 33% da dívida era de curto prazo e 67% de longo prazo. No ano de 1988, 12% da dívida situava-se no curto prazo, e o restante, no longo prazo. Afora isso, houve decréscimo da dívida global do Estado em termos reais. Em 1987, ela atingia 684 milhões de OTNs e, em dezembro de 1988, foi reduzida para 617 milhões de OTNs.

Volume XVII - Número 3 - Julho/Setembro 1989

POLÍTICA ECONÔMICA

A intrincada relação atual entre a política monetária, o "déficit" público e o mercado financeiro continua tumultuando a condução da política econômica neste final de Governo. Tentando administrar essa tríade com o objetivo de frear o ímpeto de uma inflação que chegou a 35,95% em setembro e é ascendente, o Governo continua praticamente trabalhando em cima de uma política monetária baseada principalmente na elevação das taxas de juros, com a finalidade de manter o consumo relativamente desaquecido e as reservas dos agentes econômicos canalizadas para os títulos públicos. Com isso, evita-se um dos sintomas clássicos da hiperinflação, que é a fuga do dinheiro para ativos de "alto risco", como o ouro e o dólar, e, por conseguinte, a perda por parte da moeda nacional da sua função de servir como unidade de conta.

O "déficit" público no conceito operacional — que desconta as correções monetária e cambial da dívida —, o qual abrange os Governos Central, Estaduais e Municipais, empresas estatais, agências descentralizadas e previdência

social, atingiu de janeiro a maio de 1989 3,09% do PIB, enquanto, em 1988, o "deficit" público correspondeu a 3,59% do PIB para o mesmo período. O item de maior participação foi o Governo Central, com um "deficit" equivalente a 2,45% do PIB, refletindo o impacto dos juros assumidos pelo Tesouro. A projeção para o final do ano é de que o "deficit" público global atinja 6,5% do PIB.

Para os próximos meses, a tendência da política monetária é a manutenção de juros reais elevados e um forte controle sobre a base monetária e os meios de pagamento, com o objetivo de continuar trazendo a liquidez da economia apertada, evitando a fuga de dinheiro para ativos de risco e reais. No entanto, essa política tem como uma das implicações a substancial elevação dos encargos da dívida interna e, por conseguinte, o aumento do "deficit" público. Esse, contudo, parece ser o preço a pagar para manter um relativo controle sobre a economia, embora bem próxima da hiperinflação. A utilização da política fiscal neste momento fica comprometida, uma vez que as despesas fiscais se encontram bastante comprimidas e substanciais alterações nas receitas tributárias só são possíveis de um exercício para outro.

Ao que tudo indica, o Governo tentará conduzir a economia sem praticar, no curto prazo, nenhum plano de estabilização econômica, mas, sim, levá-la de forma a viabilizar esse final de mandato, minimizando os custos sociais que um processo acelerado de inflação pode acarretar para a sociedade como um todo. No entanto parece haver um certo consenso de que o próximo Governo terá que efetuar um substancial ajuste fiscal, além de um novo tratamento para a dívida mobiliária, quer através de um alongamento do seu perfil, quer de uma consolidação dessa dívida.

AGRICULTURA

Estamos chegando ao final da década de 80 com um ritmo de crescimento econômico que não chegou a superar sequer o crescimento populacional. O PIB nacional, no

período 1980-88, aumentou apenas 2,0% ao ano, para um crescimento populacional de 2,2%. Ao mesmo tempo, assiste-se à elevação acelerada dos preços internos, podendo o índice mensal de inflação ultrapassar a casa dos 40% em dezembro.

Nesse contexto, tem se observado o crescimento dos protestos de amplos setores da sociedade, entre os quais se incluem os produtores rurais. Durante o ano de 1989, a conjuntura político-econômica tem dado margem a um número expressivo de movimentos no setor agrícola. O Plano Verão foi o primeiro motivo de protesto por parte dos agricultores em geral já em janeiro, em virtude do congelamento dos preços e do impasse criado em relação à correção monetária sobre os financiamentos agrícolas.

Tem se verificado que o setor agrícola vem reclamando insistentemente contra a intervenção estatal no mercado de produtos agrícolas, alegando que ela só funciona para deprimir o nível de preços, prejudicando a renda do setor. Cabe considerar também que, contrabalançando a perda de valor real dos preços a nível de produtos de grãos (com exceção do feijão), os preços dos produtos da pecuária (boi gordo, frango vivo para corte e suíno tipo carne) apresentaram um incremento significativo até o início da entressafra da carne bovina, atingindo preços bastante elevados.

Outro dado importante é a evolução do rendimento das atividades da lavoura por unidade de área ocupada. O rendimento de grãos por hectare para as cinco principais lavouras do Rio Grande do Sul (arroz, feijão, milho, soja e trigo) cresceu 1,4% ao ano na década de 80, considerando a evolução entre a média dos três primeiros anos da década e os três últimos. Esse crescimento foi basicamente comandado pelas lavouras de trigo (7,8% ao ano) e arroz (2,0% ao ano), já que os rendimentos do milho e da soja praticamente estagnaram e a grande instabilidade do feijão não permite uma avaliação. Do lado das atividades da pecuária, destaca-se a avicultura, sobre cuja evolução

existem informações do próprio setor destacando os ganhos com a redução de tempo e quantidade de ração por quilograma de carne produzida.

A contraposição entre a queda dos preços dos grãos a nível de um produtor durante a década de 80 e as informações sobre ganhos de produtividade é importante nessa conjuntura inflacionária, na medida em que se torna imprescindível esclarecer que nem todas as quedas de preços das mercadorias correspondem a perdas para seus produtores, já que podem ser compensadas com aumentos de produtividade, fato, aliás, de extrema importância em um setor cujos sistemas de produção ainda se mantêm, em sua maioria, extremamente defasados tecnologicamente.

INDÚSTRIA

Podem ser apontados os meses de abril e, principalmente, maio de 1989 — quando a taxa de crescimento da produção industrial em relação ao mesmo mês do ano anterior voltou a ser positiva — como o ponto de partida para a recuperação que se tem verificado na indústria de transformação brasileira. Essa retomada da produção veio acompanhada de uma recuperação nos números do emprego industrial, que passaram a apresentar taxas de crescimento mais expressivas que as da produção.

Em suma, trata-se de um aquecimento da demanda e da produção que não pode mais ser visualizado como uma simples "bolha" (de curtíssimo prazo), uma vez que agosto confirmou o movimento anterior, o mesmo devendo reproduzir-se em setembro e outubro. Ainda assim, não é possível considerar a existência de nenhum elemento de sustentação, em prazo mais longo, dessa expansão industrial, nem mesmo se se levar em conta o incremento recente da produção dos bens de capital. Trata-se muito mais de uma crise de confiança no futuro do que de um projeto articulado e consistente. Ironicamente, é a própria crise que dá um fôlego curto ao relançamento da produção industrial, na medida em que o mecanismo de correção monetária, associado às altas taxas de juros reais ou não,

corrige mais devidamente os ativos monetários, ou é suplantado por expectativas de calote, mesmo que parcial, da dívida interna e pela proximidade de uma hiperinflação. Quanto à projeção para o final do ano, é possível trabalhar-se com a hipótese de uma taxa de crescimento levemente positiva da produção industrial.

A exemplo da indústria de transformação brasileira, os meses de abril e maio também marcaram o início de um processo de recuperação para a indústria gaúcha, com taxas mensais positivas que começaram a amenizar a queda da taxa acumulada no ano, a ponto de torná-la positiva a partir de junho.

Volume XVII - Número 4 - Outubro/Dezembro 1989

PANORAMA GERAL

Em um ano que encerrou com uma taxa de inflação acumulada de 1.700% e com uma taxa mensal (dezembro) acima de 50%, a economia brasileira teve uma "performance" que se deve considerar bastante razoável. Esse resultado não deixa de ser surpreendente. Todas as previsões feitas no início de 1989 indicavam um comportamento similar ao de 1988, ou seja, uma taxa de crescimento negativa ou próxima de zero. O primeiro trimestre do ano confirmou essas previsões, com o PIB registrando uma queda de 2,4% na comparação com o mesmo período de 1988. A economia apresentou sinais claros de recessão, e a taxa inflacionária acelerou-se. No segundo trimestre, entretanto, a economia alcançou um excelente desempenho, com o PIB crescendo 6,8% em relação ao trimestre anterior, a taxa mais alta da década. Esse crescimento foi alavancado pela ótima "performance" da indústria de transformação no período, com uma taxa de 12%. Já no terceiro trimestre, verificou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento, embora a taxa acumulada do PIB no período (janeiro e setembro) acusasse um crescimento de 2,3%. Esse desempenho previsto para 1989 pode ser considerado razoável se comparado com o

da década, quando o PIB cresceu a uma média de 2,04% ao ano, contra um crescimento populacional de 2,07%. Isso significa que, em 1989, houve um crescimento no produto "per capita".

A nível regional, a economia também teve um desempenho positivo, com as estimativas preliminares apontando uma taxa de crescimento do PIB de 5,2%. Esse resultado é bastante significativo se comparado com os dos anos anteriores (1987 e 1988), bem como com o da economia brasileira, levando a um crescimento de 4,3% no produto "per capita".

Na comparação com o desempenho nacional, verifica-se que o melhor resultado a nível regional deve-se fundamentalmente ao excelente ano na agricultura gaúcha. Caso se comparem os desempenhos da indústria e dos serviços, observam-se resultados similares. Os setores da indústria e de serviços no Rio Grande do Sul contribuíram com 3,1% na composição da taxa global de 5,2%, enquanto o restante (2,1%) deveu-se à agricultura. Já no Brasil, indústria e serviços contribuíram com 2,7%, enquanto a agricultura participou com 0,1%.

POLÍTICA ECONÔMICA

A economia brasileira iniciou 1989 com um novo plano de estabilização — Plano Verão —, o qual foi divulgado em meados de janeiro e consistia numa série de medidas de curto prazo, cujo objetivo principal era reduzir a inflação, evitando, assim, a entrada da economia na hiperinflação. Em fins de maio, teve início o processo de descongelamento dos preços. Com a inflação saltando de 9,9% em maio para 24,8% em junho, o Governo viu-se obrigado a voltar a indexar a economia, criando os Bônus do Tesouro Nacional (BTN) fiscal e cambial. Dessa forma, formalizou-se o fim do Plano Verão.

A nova política "feijão-com-arroz" pressupunha que o Governo conduziria a economia, até 15 de março de 1990, com relativo grau de controle, numa tentativa de evitar o aparecimento da hiperinflação. Nesse contexto, a política de

manutenção de taxas de juros reais elevadas assumiu uma importância vital na condução da política econômica, pois as medidas de política fiscal eram, na prática, difíceis de serem implantadas, uma vez que as despesas fiscais se encontravam bastante comprimidas e que substanciais alterações nas receitas tributárias só eram possíveis de um exercício para outro. Os juros reais elevados deveriam atuar como inibidores do consumo, da acumulação de estoques e dos investimentos em ativos reais em geral.

AGRICULTURA

A estimativa do produto do setor agrícola do Rio Grande do Sul, para o ano de 1989, apresentou um crescimento de aproximadamente 16,3%, apesar dos contrastes do comportamento das diferentes culturas. Essa "performance" decorreu, também, da comparação com o ano de 1988, quando a agricultura gaúcha acusou um decréscimo de 9,3%, em virtude de problemas climáticos que afetaram negativamente o seu desempenho.

O produto nacional da agricultura, aumentou 2,0%, com uma redução de 0,6% da produção animal, compensada, em parte, pelo desempenho do segmento lavoureiro, que cresceu 3,6%.

As 10 principais lavouras de grãos do Estado atingiram, nesta última safra, não somente o maior volume de produção total (15,4 milhões de toneladas) como também o seu maior índice de produção por hectare (18,9t/ha), apesar de a dimensão de área colhida ter se situado como a segunda menor da década, com apenas 7,2 milhões de hectares. Desta forma, o índice de produção de grãos por unidade de área colhida atingiu, para o total das 10 principais lavouras de grãos, uma marca de 24% acima da média da década, que foi de 15,2 t/ha e 4,4% superior à maior marca destes 10 anos alcançada na safra 1986/87, com 18,1 t/ha. Esses acréscimos de produtividade não foram alcançados de forma igual por todas as culturas.

Foi observado um crescimento nitidamente mais acelerado entre as lavouras de inverno (trigo, triticale, aveia,

centeio e cevada), que representam em torno de 13,3% da área total das 10 principais lavouras de grãos do Estado, e, entre elas, o trigo sozinho representa cerca de 80%.

As lavouras de verão (arroz, feijão, milho, soja, sorgo) atingiram em 1989, uma produtividade de 11,3 t/ha, ou seja, 12,1% acima da média dos últimos 10 anos, que foi de 10,1 t/ha. Esse crescimento foi distribuído principalmente entre as três principais (arroz, milho e soja) da seguinte forma: o milho cresceu 24,5% em relação à média da década, atingindo 2.279 kg/ha; a soja 20,9%, atingindo 1.716 kg/ha; e o arroz cresceu 16,2%, chegando a 4.936 kg/ha.

INDÚSTRIA

Contrariando alguns prognósticos do ano passado, a indústria gaúcha cresceu 2,9% em 1989, a despeito de alguns fatores contraditórios em relação a esse desempenho positivo, tais como a política antinflacionária de cunho recessivo e o fato de a indústria vir operando com utilização de capacidade muito elevada. Esse desempenho, a princípio, choca-se também com o quadro geral de crise por que passam as economias brasileira e estadual, caracterizadas pela queda dos investimentos e por um caráter bastante oscilatório da produção industrial nos anos 80.

Contudo, uma explicação para esse crescimento do setor industrial foi o aquecimento dos negócios em resposta a uma certa pressão de demanda, motivada por atitudes defensivas contra a vertiginosa ascensão dos preços. Deve ser salientada, ainda, a influência do setor externo no desempenho favorável da indústria gaúcha - em média, para esse mercado são destinados 20% da produção estadual.

O crescimento do setor industrial no Estado é determinado pela "performance" da indústria de transformação, em razão da sua participação hegemônica no total da indústria, portanto, cabe a ela grande parte das explicações para a evolução do produto industrial. A indústria de transformação apresentou um crescimento de 2,7% em 1989, uma taxa muito expressiva, se cotejada com a média da década, de 0,9% a.a.

Fazendo-se uma análise dos gêneros que mais se

destacaram no ano, deve-se citar mecânica, com um crescimento acumulado no período jan.-out./89 de 12,03%, cujos principais produtos foram os transportadores mecânicos de correia e esteira. Também merece destaque, pelas taxas de crescimento apresentadas e pelo peso que tem na estrutura industrial gaúcha, o gênero metalúrgia, que aumentou sua produção em 5,91% nos primeiros 10 meses do ano.

Os destaques negativos ocorrem por conta dos gêneros química e produtos alimentares, que têm importante participação na estrutura industrial. O primeiro deles acumulou um decréscimo de 11,25% na produção até outubro, sendo que a responsabilidade maior pela queda é dos produtos fertilizantes compostos NPK e tintas a base de plástico. Quanto a produtos alimentares, a queda foi de 3,83% no mesmo período.

CONSTRUÇÃO CIVIL

O desempenho da construção civil no Rio Grande do Sul, verificado através das estimativas finais do valor agregado pelo setor no ano de 1988 e dos cálculos preliminares para 1989, desenvolveu-se com a mesma "performance" verificada a nível nacional como um todo. Ao se confirmarem as estimativas da evolução das variáveis - insumos típicos da construção, como aço, cimento, etc., representativos do comportamento do setor -, ocorrerá um acréscimo levemente acentuado em termos do Rio Grande do Sul. Constata-se que as estimativas finais de 1988 ficaram em -3,0% de crescimento para o Estado, contra 4,0% para o Brasil. Para 1989, apesar de as informações ainda serem preliminares, o índice do produto real no Rio Grande do Sul alcança uma variação positiva de 5,2%, acompanhando a previsão brasileira de uma taxa de 5,1% ao longo do ano.

GOVERNO

O "déficit" público operacional, medido pelas necessidades de financiamento do setor público, excluindo as correções monetária e cambial, atingiu, no primeiro semestre de 1989, 0,90% do Produto Interno Bruto (PIB).

sendo superior ao registrado no mesmo período de 1988, quando alcançou 0,60% do PIB. O componente mais significativo desse "déficit" advém da demanda por financiamento do Governo Central, que representou 0,58% do PIB. Depois de ter estimado um "déficit" público operacional para 1989 em torno de 6% do PIB, o Governo, em outubro, lançou novas projeções, que apontaram um "déficit" público de 3,9% do PIB para este ano. Isso ocorreu devido a uma mudança de metodologia no deflator da conta de juros.

Verificando-se o "déficit" operacional do Governo Central - com dados até outubro de 1989 -, observa-se que ocorreu um "déficit" de 4,67% do PIB, enquanto, no mesmo período de 1988, o mesmo atingiu 1,21% do PIB. Esse aumento significativo em relação ao ano anterior reflete a política de juros reais elevados adotada pelo Governo. Tanto que, excluindo-se o custo dos juros e encargos das dívidas interna e externa, o Governo Central apresentou um "superavit" primário de 0,55% do PIB até outubro de 1989, superior ao resultado atingido no mesmo período do ano anterior, 0,21% do PIB. Somente com os encargos da dívida pública, o Governo Central despendeu 2,73% do PIB.

Ao se chegar ao final do ano, observa-se que, embora a inflação tenha atingido o patamar de 50% ao mês, houve algum êxito na condução dessa política, na medida em que a economia não perdeu o que se pode chamar de "capital organizacional" e nem se instalou uma crise de confiança nos ativos financeiros, fatores que, entre outros, são sintomas clássicos da hiperinflação.

Posta essa situação, as perspectivas para 1990 passam por uma definição do programa de estabilização econômica do novo Governo.
